

MUDANÇAS NA FISCALIZAÇÃO

PF investigará as fake news

AGU diz que pedirá à corporação a abertura de inquérito para identificar quem disseminou as notícias falsas sobre o Pix

» MAYARA SOUTO
» VICTOR CORREIA

Em paralelo à revogação da norma que ampliava a fiscalização do Pix, o governo federal abriu ofensiva para descobrir a origem das fake news que ganharam força nas redes sociais e punir os responsáveis por sua divulgação, inclusive, parlamentares. O caso será investigado pela Polícia Federal (PF).

"Determinamos que a AGU (Advocacia-Geral da União), ainda hoje (ontem), notifique a Polícia Federal para abertura de inquérito policial para identificar todos os autores nas redes sociais que iniciaram essa desordem informacional e criaram essa narrativa", anunciou o advogado-geral da União, Jorge Messias.

O governo também ficou preocupado com a quantidade

de golpes financeiros que passaram a ser aplicados com base na falsa taxação. Há relatos de boletos falsificados, recebidos por e-mail ou correspondência, cobrando o pagamento de supostas taxas sobre o Pix e outras movimentações financeiras. Os boletos usaram, inclusive, os logos do governo federal, da Receita e do Ministério da Fazenda. Isso também será investigado. "Pessoas de boa-fé caíram em golpes estimulados pela mentira produzida por esses criminosos", enfatizou Messias.

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, também repudiou a ofensiva. "A Receita Federal não aceitará o que aconteceu, que foi o uso do nome da Receita, dos símbolos da Receita, para dar golpes nas pessoas mais humildes deste país", pontuou.

Messias anunciou que pedirá

à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon) a abertura de inquérito interno para identificar práticas abusivas nas relações de consumo que tenham ligação com o Pix. Uma campanha também deverá ser lançada com o Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) de cada unidade da Federação, com o objetivo de disseminar informações verdadeiras sobre o uso do Pix.

Vídeo viraliza

Opositores aproveitaram as mudanças e uma falha de comunicação do governo para criticar Lula. O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), por exemplo, viralizou nas redes sociais, na terça-feira, em um vídeo comentando sobre o assunto. "Pix não será taxado, mas é bom lembrar: a roupinha da China não

seria taxada, e foi", afirmou o parlamentar, fazendo alusão ao imposto sobre compras internacionais, aprovado no ano passado. A postagem alcançou 150 milhões de visualizações.

A jornalista, ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apontou que a oposição no Congresso foi responsável pela maior parte da divulgação das notícias falsas. Ele aproveitou para alfinetar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), um dos parlamentares que mais criticaram a norma da Receita. Haddad citou que Flávio foi investigado por desvio de recursos parlamentares enquanto atuava na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

"Ele foi pego pela Receita. Não adianta esse pessoal que comparam mais de 100 imóveis com dinheiro de rachadinha ficar indignado com o trabalho sério

que a Receita está fazendo", disse ao ministro. "Ao invés de criticar o governo, ele devia explicar como, sem nunca ter trabalhado, angariou um patrimônio espetacular", acrescentou.

A denúncia contra o senador foi rejeitada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), mas há um recurso a ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que pede a reabertura do caso.

Flávio respondeu, em nota, as críticas de Haddad. Disse ser "ficha limpa" e acrescentou: "Lula faz mais mal pra economia que a própria pandemia, e Haddad não tem a mínima competência para ser ministro numa crise dessa. Deveria pedir umas aulas pro Paulo Guedes, de como superar o desastre desse outro meteoro, chamado Lula, que atingiu o Brasil em cheio. Se durar até 2027, será demitido por Bolsonaro".



Determinamos que a AGU notifique a Polícia Federal para abertura de inquérito policial para identificar todos os autores nas redes sociais que iniciaram essa desordem informacional e criaram essa narrativa"

Jorge Messias,
advogado-geral da União

» Entrevista | EVERARDO MACIEL | EX-SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Reforma tributária vai gerar série de ações

» JULIANA SOUSA*

Ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel criticou a reforma tributária. Entre outros pontos, alertou para o fato de que a inclusão de princípios como justiça fiscal, transparência, cooperação e defesa do meio ambiente abre espaço para interpretações variadas e debates intermináveis, o que pode prejudicar a eficiência do sistema tributário.

Ele também diz que aumentará o número de ações judiciais. "No Brasil, 83 milhões de ações em curso na Justiça têm a ver com matéria tributária; 38% estão relacionadas à dívida ativa. Então, é preciso se preparar para esse aumento", ressaltou, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Samanta Sallum, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

O governo federal confirmou para hoje, no Palácio do Planalto, a sanção do projeto que regulamenta a reforma tributária. A seguir, os principais trechos da entrevista com Everardo Maciel:

O senhor avalia que a reforma tributária ajudará a simplificar o equilíbrio fiscal?

"Dois pontos: simplificar? A Constituição de 1967, no capítulo tributário, tinha 2.500 palavras. A Constituição de 1988, no mesmo capítulo, tinha cinco mil palavras. Dobrou. Com essa emenda, dessa reforma, o texto passou a ter 12.500 palavras. Vamos ver outro ponto. Se a divulgação de um conjunto de princípios não articular bem nosso sistema tributário...

Diz-se que o sistema tributário deve observar princípios, como justiça fiscal, transparência, cooperação e defesa do meio ambiente. Para cada um desses princípios, posso dar 10 definições consistentes, que podem ser diferentes entre si. Se você combinar todos esses conceitos, somando centenas, senão milhares, de definições para cada um deles... Todas as vezes que você tentar agir, terá uma chance de argumentar em torno de justiça fiscal, cooperação, defesa do meio ambiente ou transparência, ou simplesmente uma combinação de qualquer um desses princípios.

O senhor prevê uma avalanche de ações judiciais no setor tributário?

Apenas uma avalanche, não, mas, sim, um aumento significativo dessa enorme avalanche de agora. No Brasil, posso dizer que quase metade disso, 83 milhões de ações em curso na Justiça, tem a ver com matéria tributária; 38% estão relacionadas à dívida ativa. Então, é preciso se preparar para esse aumento. No Brasil, não podemos tratar de matéria constitucional diretamente no Supremo, que chama isso de controle concentrado, ou na primeira instância, que é o controle difuso. E combinar isso é como juntar nitroglicerina pura. Então, se isso for o ponto principal, temos muita matéria tributária na Constituição. Como é que ficamos? Segundo ponto: para fazer isso ser aprovado, não podemos falar em emendas, que então, na véspera da aprovação,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



foram liberados R\$ 8,5 bilhões, que têm um enorme poder de conveniência. Pois bem, o custo para implementar isso foi a criação de vários fundos, como fundos nacionais e regionais, como o da Amazônia etc. Esses fundos somados, os estudos feitos, muito conservadores, falam em um trilhão de reais até 2040. Como temos Imposto de Renda para financiar metade do que é necessário, a intenção dos estados e municípios é cobrar dois trilhões, dos dois trilhões brutos, pagos pelo contribuinte, para produzir um resultado líquido. Grosso modo, não é exatamente isso, é uma abordagem de um trilhão de reais. Sem falar já contratamos um enorme problema político.

Qual é esse problema?

O problema político é o seguinte: foram criados fundos. Os fundos foram criados para

cooptar, para conseguir apoio dos estados para uma dita reforma tributária. Mas como é que se dividem os fundos? Vamos ser elegantes: o mesmo designado para fazer o Fundo de Participação dos Estados. O Fundo de Participação dos Estados está em um processo de transição. Esse processo de transição, tal como está hoje, se encerra em 2280. Eu não consigo fazer ideia do que seja. Não sei se existirá ainda a Terra, a humanidade, o que vai acontecer. Pois bem, então, diga o seguinte: quando vai dividir, quando é um jogo? O que é jogo de soma zero? Eu tenho um montante, e você divide entre as partes. O montante está definido. Cada um quer uma parte maior, não? Agora, há uma briga entre os estados que também têm com dívidas, e qual é o incentivo fiscal que você compensa? O que chama de incentivo fiscal? Outra briga boa, não?

Taxação das grandes fortunas tem futuro?

Isso é fantasia, não tem nenhum nexo. Não é algo que alguém possa adotar no mundo real. Foi criado de forma significativa na França, quando o governo de François Mitterrand, do Partido Socialista, criou o Imposto sobre Grandes Fortunas, que depois mudou de nome. Então, não, você está enganado. Ninguém deixa de pagar imposto por falta de alíquota, não é uma questão de realização fiscal, é outra coisa. Eu e alguns temos dito que o Brasil tem uma alíquota máxima de Imposto de Renda de 27%. Nos Estados Unidos, é de 39%. Aí você me responde: "Ninguém paga a alíquota máxima". Não, você paga imposto. Imposto é um produto da alíquota para uma base de cálculo. Dados da receita americana mostram que, em 2018, a alíquota média



No Brasil, 83 milhões de ações em curso na Justiça têm a ver com matéria tributária; 38% estão relacionadas à dívida ativa. Então, é preciso se preparar para esse aumento"

efetiva de imposto paga pelas 25 maiores fortunas dos EUA foi de 3,4%. O homem mais rico da América, se não o primeiro, o segundo, dono da Amazon, Jeff Bezos, em 2014, não pagou um centavo de Imposto de Renda e ainda pediu uma devolução de US\$ 4 mil. Então, o que parece é quase um deboche. Essas questões devem ser comentadas com o maior profissionalismo e com menos fantasia. Quer dizer: uma pessoa muito rica é a favor de aumentar os impostos. Sabe para quê? Para não pagar. Exatamente. Não é negação, é uma questão de entender o que está em jogo. Eu poderia citar uma longa lista, tem livros e livros sobre o assunto. Como é que não se pagam impostos? São chamadas de brechas fiscais.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

DÍVIDAS DOS ESTADOS

Governadores criticam os vetos do Planalto

» ISRAEL MEDEIROS

Governadores dos estados que mais devem à União ficaram insatisfeitos com o texto sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda-feira, que permite melhores condições de pagamento aos entes endividados. O petista vetou diversos pontos da proposta por considerá-los inconstitucionais.

Os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás — que respondem por 90% dos R\$ 765 bilhões em dívidas de estados com a União — já avisaram que não vão aderir ao Programa de Plano

Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) se os vetos de Lula forem mantidos pelo Congresso.

"O que a União quer cobrar é uma taxa de juros que não é factível, que não é viável, e nós já demonstramos no passado isso. Não vamos aderir a esse plano a não ser que os vetos caiam", enfatizou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo-MG), em entrevista à CNN ontem.

Ele agradeceu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) pelo texto, mas disse que a proposta foi "totalmente mutilada" pelo governo federal.

Na mesma linha, Eduardo Leite (PSDB) afirmou que o Rio

Reprodução /TV Brasil

**Zema: "Não vamos aderir a esse plano a não ser que os vetos caiam"**

Grande do Sul será penalizado se aceitar os termos do Propag com os vetos do governo enquanto se recupera das graves enchentes de 2023.

Em seus perfis em redes sociais, Leite também argumentou

uma perda de R\$ 5 bilhões em valores que seriam investidos na reconstrução do estado após as enchentes.

Quem também acusou Lula de ter quebrado um acordo foi o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). Ele argumentou que o estado terá de deixar de fazer concursos para a área de segurança pública e rever investimentos em hospitais. Em uma nota publicada em seus perfis nas redes sociais na terça-feira, Castro disse que o governo "mutilou" o Propag em um "duro golpe" para o país.

Na segunda-feira, Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) já havia criticado Lula pelos vetos.

Após as críticas de governadores, a equipe econômica fez questão de dizer o quanto a flexibilização das condições de pagamento vai custar ao governo. O

secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou, ontem, que a renegociação pode resultar em um prejuízo de R\$ 20 bilhões por ano para o governo federal. "É claro que ele tem um impacto. O impacto não é fácil de estimar porque vai depender do comportamento de cada um (cada estado), são várias opções, é uma matriz de possibilidades. Mas, pensando nos cenários mais extremos, é da ordem de R\$ 20 bilhões ao ano", afirmou.

Entre os trechos vetados, está o que permitia que os estados abatessem parte das dívidas com a execução de despesas. Para o presidente, a possibilidade tem "vício de inconstitucionalidade", pois permitiria à União assumir obrigações de exercícios passados sem a formalização prévia de acordos, o que, segundo ele, geraria insegurança jurídica.